



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2014

Processo nº 1106/2014

Origem: Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB

Assunto: Auditoria de Regularidade

Montante em exame: R\$ 1.241.454,52

Ementa: Auditoria. FJZB. PGA 2014. Decisão nº 77/2007. Cumprimento de outras decisões plenárias. Verificação da regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias de servidores ativos, inativos e pensionistas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Determinação e recomendação à FJZB.

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, e o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais, legais com correção posterior, bem assim das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores, além de parcelas pagas a servidores ativos.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2014, cuja aprovação se deu mediante Decisão Administrativa nº 63/2013, nos autos do Processo nº 35.964/2013.



AUDITORIA DE REGULARIDADE

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA – FJZB

Relatório



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	118
RESUMO.....	119
1. INTRODUÇÃO	120
APRESENTAÇÃO.....	120
OBJETO DA AUDITORIA	120
CONTEXTUALIZAÇÃO	120
OBJETIVOS DA AUDITORIA.....	121
▪ Objetivo Geral	121
▪ Objetivos Específicos – questões de auditoria.....	121
ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME	122
METODOLOGIA.....	122
CRITÉRIOS DE AUDITORIA	123
2. RESULTADO DA AUDITORIA.....	123
2.1 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 01	124
2.1.1 Achado de Auditoria	124
2.1.1.1 Análises e Evidências	124
2.1.1.2 Causas e Efeitos	125
2.1.1.3 Proposições.....	125
2.2 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 02	125
2.2.1 Achado de Auditoria	125
2.2.1.1 Análises e Evidências.....	125
2.2.1.2 Causas e Efeitos	127
2.2.1.3 Proposições.....	128
2.3 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 03	129
2.3.1 Achado de Auditoria	129
2.3.1.1 Análises e Evidências.....	129
2.3.2 Causas e efeitos	137
2.3.3 Proposições.....	137
3. CONCLUSÃO	138
4. PROPOSIÇÕES.....	139



LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ATS – Adicional por Tempo de Serviço
CADPVT – Módulo de Gerenciamento de Cadastro de Pensões
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
DF – Distrito Federal
DIFIPE – Divisão de Fiscalização de Pessoal
DTC – Demonstrativo de Tempo de Contribuição
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal
EC – Emenda Constitucional
e-TCDF – Sistema Eletrônico de Processos do TCDF
FC – Função Comissionada
FJZB – Fundação Jardim Zoológico de Brasília
GDF – Governo do Distrito Federal
GAMA – Gratificação de Meio Ambiente (Lei - DF nº 3.351/2004)
GDAT – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica (Lei - DF nº 2.775/2001)
IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
LC – Lei Complementar
LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal
LPA – Licença-prêmio por Assiduidade
MS – Mandado de Segurança
NA – Nota de Auditoria
PGA – Plano Geral de Ação
QA – Questão de Auditoria
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
SEFIPE – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SICOP – Sistema de consulta de processos do Governo do Distrito Federal
SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos
SIRAC – Sistema de Registro de Admissões e Concessões
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



RESUMO

A presente auditoria teve como objeto a Gestão de Recursos Humanos, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília frente à legislação de regência, bem assim o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas ilegais ou legais com correção posterior. Concluiu-se que as determinações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas, bem assim que os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem em sua maioria às disposições legais que regem a estrutura remuneratória das Carreiras que integram a FJZB, bem como que os pagamentos de vencimentos, benefícios e demais parcelas pecuniárias a servidores ativos analisados, na maior parte, estão em conformidade com as respectivas normas de regência.



1. INTRODUÇÃO

Apresentação

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2014, cujos trabalhos foram desenvolvidos no período de janeiro a março do corrente ano.

Objeto da Auditoria

2. O objeto do presente trabalho consiste na verificação, sob os aspectos a seguir destacados, da folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da FJZB. A lista de servidores ativos, inativos, requisitados e sem vínculos da Fundação Jardim Zoológico se encontra às fls. 25/27.

Contextualização

A **Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB)** (...) tem o privilégio de ser a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. Foi inaugurada no dia 6 de dezembro de 1957 e desenvolve várias ações voltadas para a defesa e preservação da fauna e flora brasileira. É um órgão da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF (SEMARH).

Uma das ações de grande reconhecimento é o trabalho de conservação e pesquisa, o que contribui para preservação de animais ameaçados de extinção. Quanto ao desenvolvimento científico, o Zoo trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.¹

Segundo o seu Estatuto, publicado pela Instrução nº 88, de 18.06.08 (DODF de 19.06.08), a FJZB tem por missão a transformação das áreas referidas no art. 2º desse Estatuto* em um centro de excelência voltado para a conservação, a pesquisa, a educação e o lazer.

(*) Art. 2º (omissis...)

I. A área ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília - JZB, inclusive a área objeto da concessão do direito real de uso para a instalação do Parque Temático de Brasília;

II. A área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo;

III. A área do Parque das Aves.

[...]

A Fundação tem por finalidades principais: I. Contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília

¹ Disponível em: <http://www.semarh.df.gov.br/orgaos-vinculados/fundacao-jardim-zologico-fjz.html>. Acesso em: 03 fev. 14.



como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento do País; (...) III. Criar condições objetivas para a sustentabilidade das áreas sob sua gestão, mediante implementação de uma política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza; IV. Contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior; V. Manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação; VI. Assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado; (...) VIII. Pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo, nutrição e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats; IX. Pesquisar, desenvolver e difundir novas metodologias voltadas à Educação Ambiental em seus diversos aspectos; [...] ²

3. As leis de remuneração aplicáveis aos servidores da FJZB no período auditado são as de nº 3.824/2006; 4.278/2008, 4.426/2009 e 5.190/2013, em vigor.

4. A intervenção do Controle Externo se faz presente na fiscalização da organização e estrutura remuneratória das carreiras mantidas pela FJZB, tendo em vista as prerrogativas constitucionais deste TCDF.

Objetivos da Auditoria

▪ Objetivo Geral

5. O objetivo geral é examinar a regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias, pensões e melhorias posteriores, e de parcelas pagas a servidores ativos, dentro do contexto definido na fase de planejamento, além do cumprimento de decisões proferidas pela Corte.

▪ Objetivos Específicos – questões de auditoria

6. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidas as seguintes Questões de Auditoria:

² Disponível em: < http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=69825>. Acesso em: 03 fev. 14.



Primeira Questão: Vêm sendo cumpridas as decisões plenárias de concessões de aposentadorias e pensões julgadas ilegais, legais com recomendação/determinação de correção posterior, e nos casos de melhorias posteriores?

Segunda Questão: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, analisadas segundo o item I da Decisão nº 77/2007, encontram-se regulares?

Terceira Questão: Os pagamentos de vencimentos, benefícios e outras parcelas pecuniárias a servidores ativos estão em conformidade com as respectivas normas de regência?

Escopo ou Alcance do Exame

7. O escopo da presente auditoria compreende o período de exame de 1º de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2013. Quanto às áreas fiscalizadas, abrange preponderantemente o Núcleo de Pessoal e Recursos Humanos (NUPRH), responsável pela execução da política de recursos humanos da auditada, mediante exames no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), de forma a identificar procedimentos, informações e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de concessão de benefícios e pagamento de pessoal às normas legais e regulamentares de regência.

Metodologia

8. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:
- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
 - Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, e sua versão web, o SIGRHWEB;
 - Pesquisas no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual deste Tribunal e no e-TCDF;
 - Pesquisas na RAIS e *site* do TCU;
 - Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
 - Conferência de memórias de cálculos;
 - Amostragem;
 - Entrevista.



Critérios de Auditoria

9. Conferência da adequação das atividades e procedimentos da jurisdicionada à legislação que rege a matéria com suporte nas normas insculpidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Distritais e regulamentos internos da FJZB, sem olvidar o teor de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

2. RESULTADO DA AUDITORIA

10. As Notas de Auditoria nº 01, 02 e 03 (fls. 14/22) objetivaram trazer respostas às Questões de Auditoria (QA's) informadas no parágrafo 6, constantes da Matriz de Planejamento (fls.11/13) elaborada na fase de planejamento da presente fiscalização.

11. Ainda na busca de respostas às questões de auditoria elaboradas, lançou-se mão de entrevistas junto aos gestores responsáveis pelos setores envolvidos, o Diretor de Administração e a Chefe do Núcleo de Pessoal e RH, objetivando identificar a sistemática dos controles internos e os procedimentos adotados pela jurisdicionada; conhecer questões administrativas e funcionais relacionadas ao grau de documentação das rotinas de trabalho; da divisão de funções e tarefas relacionadas ao processo de pagamento dos servidores; da frequência de cursos de capacitação e reciclagem profissional e o grau de participação do corpo funcional nesses eventos; a eficácia e eficiência dos controles de acumulação de cargos/funções; da conferência da folha de pagamento; dos critérios utilizados na promoção/progressão funcional; além do acesso ao SIGRH e o controle das intervenções realizadas, bem como da integridade e fidedignidade dos registros feitos nesse sistema.

12. Tudo isso para verificar a aderência das ações face às decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas (fls. 28/29).

13. No curso dos trabalhos, a equipe identificou alguns pontos referentes à dinâmica interna do órgão, permitindo uma visão maior dos problemas e fragilidades ali existentes, os quais foram materializados na Matriz de Achados (fls. 23/24), cabendo registrar a necessidade de pequenos ajustes visando à melhoria nos seus controles internos.



14. Na documentação processada no transcurso da fiscalização constam as anotações e as observações pertinentes às situações analisadas, além dos papéis selecionados e colhidos como prova, os quais constam dos autos e/ ou da Pasta Corrente de Auditoria.

2.1 Resposta à questão de auditoria 01

Vêm sendo cumpridas as decisões plenárias de concessões de aposentadorias e pensões julgadas ilegais, legais com recomendação/determinação de correção posterior, e nos casos de melhorias posteriores?

2.1.1 Achado de Auditoria

A FJZB cumpriu as recomendações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior, não sendo identificadas irregularidades.

2.1.1.1 Análises e Evidências

15. No quadro, a seguir, consta a relação dos processos julgados legais com determinação de correção posterior e o registro de ocorrências:

Quadro I – Correção Posterior

	Descrição	Decisão	Processo	Ocorrência	fls.
1	Aposent.de TARCÍSIO MACÊDO GUIMARÃES-FJZB	Ord 6751/1997	1980/1997	determinação do item 2, da Decisão 6751/97 atendida. Obs: o servidor faleceu em 23/11/2007 sem deixar beneficiário de pensão	32/36
2	Aposent.de JOSÉ ANTÔNIO DE LIMA-FJZB (ex-FUNPEB)	Ord 10719/1998	3758/1998	determinação dos itens I, II e III, da Decisão 10719/98, devidamente atendida	37/42
3	Aposent.de OTÍLIA FRANCISCA DE LIMA-FJZB (ex-FUNPEB)	Ord 875/2007	4154/1998	determinação do item III, da Decisão 875/07 atendida, com a baixa em definitivo da APC 2000011052478-8 em 05/06/2002.	43/51

16. Além destes casos, consta do Quadro II, a seguir, outros processos em que se verificou o devido atendimento a decisões com determinação para correção posterior.



17. Não se localizou, no período abrangido pela auditoria, nenhuma concessão julgada ilegal pela Corte no âmbito da FJZB.

2.1.1.2 Causas e Efeitos

18. Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria adotados pela equipe verifica-se que a causa principal da conformidade detectada em relação ao cumprimento de determinações posteriores decorre da mínima quantidade dessa espécie de deliberação.

2.1.1.3 Proposições

19. Sugere-se ao e. Tribunal ter por cumpridas as decisões com determinação posterior averiguadas (Quadro I – fl. 124), bem assim as Decisões nºs 3021/2012, 1130/2011, 2179/2012 e 7050/1998 (Quadro II – fl.126).

2.2 Resposta à questão de auditoria 02

Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24185/2007), encontram-se regulares?

2.2.1 Achado de Auditoria

Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem parcialmente às disposições legais que regem a estrutura remuneratória da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

2.2.1.1 Análises e Evidências

20. Em pesquisa realizada no **e-TCDF** foram identificados 15 processos referentes às concessões apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007, quanto aos aspectos financeiros das concessões consideradas legais pelo Tribunal, para fins de registro. À exceção do processo do servidor José Calasans, que, por ocasião da auditoria, se encontrava no Controle Interno (fls. 30/31), todos os demais foram disponibilizados pela jurisdição, conforme consta do quadro a seguir:



Quadro II – Decisão nº 77/2007

Nº	Descrição	Última Decisão (Nº/Ano)	Processo	Ocorrência
1	Aposent.de ANTONIO DAVID SOARES-FJZB	Ord 1249/2013	5848/2009	ok
2	Pens.Civil inst.por AURO ALVES ROMEIRO-FJZB (conc. à CREUZA ALVES ROMEIRO)	Ord 3021/2012	6348/2009	ok,determinação do item III, da Decisão 3021/12, devidamente atendida (fls.52/54)
3	Aposent.de FIRMO PINHEIRO DA SILVA-FJZB	Ord 6481/1998	6581/1996	ok
4	Pens.Civil inst.por FIRMO PINHEIRO DA SILVA-FJZB (conc. à IVONETE SALES DOS SANTOS)	Ord 5373/2008	41845/2007	ok
5	Aposent.de GERALDO DAVIDE SOARES-FJZB	Ord 3983/2012	5856/2009	ok
6	Aposent.de JONAS JOSÉ FERREIRA-FJZB	Ord 1130/2011	30443/2009	ok, recomendação atendida do item II, Dec. 1130/11 (fls.55/56)
7	Aposent.de JOSÉ ADONIAS DE OLIVEIRA - FJZB	Ord 2179/2012	21153/2010	ok, determinação atendida do item III, da Decisão 2179/12 (fls.57/60)
8	Pens.Civil inst.por JOSÉ ARAUJO COSTA-FJZB (conc. à ANTONIANA LEITE COSTA e outra)	Ord 7050/1998	3422/1997	ok, determinação atendida do item 2, da Decisão 7050/98 (fls.61/62)
9	Aposent.de JOSÉ CALASANS - FJZB	Ord 6670/2008	23981/2008	processo não verificado, encontra-se no Controle Interno (fls. 30/31)
10	Aposent.de JOSÉ NUNES SOARES-FJZB	Ord 5256/2012	21145/2010	ná erro formal no DTC, que incluiu no tempo de ATS a insalubridade e a LP (fls 63/66)
11	Aposent.de JOSÉ OLÍMPIO DE SIQUEIRA-FJZB	Ord 3873/2011 - retif. do ato conc.	5084/1997	ok
12	Pens.Civil inst.por JOSÉ OLÍMPIO DE SIQUEIRA-FJZB (conc. à HERUÍNA LEAL DE SIQUEIRA)	Ord 1853/2012	6747/2009	ok
13	Pens.Civil inst.por MANOEL CAETANO TAVARES-FJZB (conc. à AMBROSINA FIGUEIREDO TAVARES)	Ord 1669/2008	25777/2007	os estípidios foram calculados sobre vencimento integral, mas o servidor aposentou-se com 22/35 avos, gerando erro no cálculo da parcela única (fls.67/72).
14	Aposent.de MANOEL CONCEIÇÃO FERREIRA DO PRADO-FJZB	Ord 2467/2012	37303/2008	pagamento a maior do ATS , 35% em vez de 32% (fls.73/77)
15	Aposent.de MANOEL LUIZ GOMES-FJZB	Ord 2279/2011	39349/2008	ok

21. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007-TCDF consistiu em analisar a regularidade dos aspectos financeiros iniciais (abono provisório e/ou título de pensão), cotejando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão.

22. Cotejando o abono provisório/título de pensão com os dados processuais, verificou-se que a jurisdicionada observou os normativos legais envolvidos na sistemática de pagamento dos interessados quando da inativação e da instituição da pensão, haja vista a regularidade das informações constantes do abono provisório/título de pensão, que refletem a situação dos servidores e beneficiários de pensão à época das referidas concessões. Em apenas três casos houve divergência, conforme a seguir relatado:



✓ **Aposentadoria de José Nunes Soares**, Proc. nº 21.145/2010: na análise dos autos verificou-se erro formal de elaboração do Demonstrativo de Tempo de Contribuição (DTC), onde consta que o servidor computou para ATS tempo de licença-prêmio e de Insalubridade, contando assim 35% de ATS. Entretanto, consultando os proventos do servidor no SGRH verifica-se que o ATS está sendo pago corretamente, sem o acréscimo destes períodos (fls. 63/66);

✓ **Pensão Civil em favor de Ambrosina Figueiredo Tavares**, matrícula nº 0080504-1, instituída por Manoel Caetano Tavares, matr. nº 0092990-5, Proc. nº 25.777/2007: no SGRH os estipêndios pensionais estão incorretamente calculados. Compulsando os autos de aposentadoria (nº 3067/2004), verificou-se que o ex-servidor se aposentou com proventos proporcionais a 22/35 avos, não havendo posterior revisão de proventos; o título de pensão foi corretamente calculado, tendo por base o último vencimento pago ao servidor em janeiro de 2006; à época, a proporcionalidade devida deveria incidir sobre R\$ 367,64 (R\$ 231,08); porém, observa-se no SGRH (CADPVT09) que o vencimento que serviu de base para o cálculo de tal proporcionalidade foi de R\$ 431,80 (R\$ 271,42), vigente a contar de 01.03.2006, conforme o Anexo VIII da Lei nº 3.824/2006; isto gerou divergência na parcela única inicial e, conseqüentemente, no valor dos estipêndios pensionais atuais (fls. 67/72). Cabe ressaltar que a pensão foi concedida com base no art. 40, §§ 7º, inciso I, e 8º, da CF/88, c/c os arts. 2º, inciso I, e 15 da Lei nº 10.887/2004, portanto, sem paridade salarial.

✓ **Aposentadoria de Manoel da Conceição Ferreira do Prado**, Proc. nº 37.303/2008: analisando os proventos do servidor verificou-se que o mesmo vem auferindo 35% de ATS; todavia, no demonstrativo de tempo de contribuição (DTC), bem como no abono provisório dos autos de aposentadoria (GDF nº 196.000.428/2008), o ATS está calculado em 32%, constando, ainda, que o servidor averbou 437 dias, computados somente para aposentadoria (fls.73/77).

2.2.1.2 Causas e Efeitos

23. A causa principal da conformidade detectada nos proventos e estipêndios pensionais decorre do número reduzido de servidores inativos e pensionistas, o que permite maior controle e a manutenção por parte da jurisdicionada, tanto que, dos 15 processos auditados, foram encontradas impropriedades em apenas três situações.



24. Os efeitos de tais achados são a correspondência entre os proventos e estipêndios pensionais das concessões examinadas à luz da Decisão nº 77/2007 em relação ao arcabouço normativo que rege a estrutura remuneratória dos servidores inativos e pensionistas da jurisdicionada.

2.2.1.3 Proposições

25. Sugere-se ao e. Plenário ter por regulares os aspectos financeiros iniciais (abono provisório/título de pensão) das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007 (Quadro II), bem como determinar à Fundação Jardim Zoológico de Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação para posterior verificação das medidas adotadas:

- I. no caso do servidor **José Nunes Soares**, Processo nº 21.145/2010, elaborar novo DTC, em substituição ao constante dos autos de aposentadoria (GDF nº 196.000.279/2010), para excluir da contagem para ATS o tempo de licença-prêmio computado em dobro e o tempo de Insalubridade, tornando sem efeito o documento substituído;
- II. justificar ou corrigir, observados o contraditório e a ampla defesa, o valor do estipêndio atual (parcela única) da pensão civil em favor de **Ambrosina Figueiredo Tavares**, Processo nº 25.777/2007 (GDF nº 196.000.095/2006) instituída por Manoel Caetano Tavares, haja vista que, compulsando os autos de aposentadoria (nº 3067/2004 – GDF nº 030.003.270/2000), verificou-se que o ex-servidor se aposentou com proventos proporcionais (não havendo posterior revisão de proventos) e o título de pensão foi corretamente calculado (a contar da data do óbito: 15/01/2006), tendo por base o último vencimento pago ao ex-servidor em janeiro de 2006, qual seja, 22/35 avos de R\$ 367,64 (R\$ 231,08); todavia, no SIGRH (CADPVT09) o vencimento que serve de base para o cálculo da parcela única inicial é de 22/35 avos de R\$ 431,80 (R\$ 271,42), vigente a contar de 01/03/2006, conforme Anexo VIII da Lei 3.824/2006, o que gerou divergência no cálculo dos estipêndios atuais. Cabe ressaltar que a pensão foi concedida com base no art. 40, §§ 7º, inciso I, e 8º, da CF/88, c/c os arts. 2º, inciso I, e 15 da Lei nº 10.887/2004, portanto, sem paridade salarial.
- III. justificar ou corrigir o percentual do ATS de 35%, em favor de **Manoel da Conceição Ferreira do Prado**, Processo nº 37.303/2008, vez que no demonstrativo de tempo de contribuição (DTC), bem como no abono provisório dos autos de aposentadoria (GDF nº 196.000.428/2008), o adicional está calculado em 32%, constando, ainda, que o servidor averbou 437 dias, computados somente para aposentadoria, observando o contraditório e a ampla defesa.



2.3 Resposta à questão de auditoria 03

O pagamento de vencimentos, benefícios e outras parcelas pecuniárias a servidores ativos está em conformidade com as respectivas normas de regência?

2.3.1 Achado de Auditoria

Os pagamentos de vencimentos, benefícios e demais parcelas pecuniárias a servidores ativos está parcialmente em conformidade com as respectivas normas de regência, sendo verificadas impropriedades na montagem dos processos de abono de permanência, pagamento a maior da conversão de LPA em pecúnia e inobservância de requisito legal para pagamento da parcela PCAUPT.

2.3.1.1 Análises e Evidências

26. Foram examinadas as principais rubricas de pagamentos. A análise está assim distribuída:

Quadro III - Rubricas: cargos em comissão/representação/vencimento

Rubrica	Descrição	Pagamento beneficiários	valor pago/fev
1014	Representação DF	26	100.057,30
1015	Representação DF	32	87.005,04
1017	Vencimento Função	32	21.751,21

27. Há 58 servidores, entre ativos, requisitados e sem vínculo que exercem cargos de natureza especial e em comissão na jurisdicionada. Após a análise de todos os casos, constatamos a regularidade dos pagamentos das vantagens deferidas.

28. Outrossim, dos servidores que ocupam cargos de natureza especial e em comissão, selecionou-se amostra demonstrada no quadro a seguir, para verificar a aderência entre os registros funcionais e os atos de nomeação, constatando-se a regularidade da situação examinada.



Quadro IV: atos de designação/cargos natureza especial/comissão.

Nº	Ref Funcional Vert	Ref Funcional Horiz	Matrícula	CPF	Nome	Prov/Desc	Valor	Registro/Ocorrência
1	DFG	12	2638665	15154858115	ADAMOR DE QUEIROZ MACIEL	1014	1.793,40	DODF 208, 15/10/12
2	CNE	7	261409X	51680815172	ANA CRISTINA DE CASTRO	1015	3.747,73	DODF 218, 11/11/11
3	DFA	14	2649330	79156223153	BETANIA PEREIRA BORGES	1015	2.350,17	DODF 114, 5/6/13
4	CNE	3	2611309	49061984149	CAIO RAMOS PEIXOTO	1014	8.281,23	DODF 218, 11/11/11
5	DFG	14	2614642	01955754829	LUPICIANO BENEDITO XAVIER DA SILVA	1015	2.350,17	DODF 218, 11/11/11
6	CNE	2	2613301	41363850130	MARCO ANTONIO DE CASTRO	1014	9.606,23	DODF 218, 11/11/11
7	DFG	12	2625989	72716053120	NATALIA SANTOS RODRIGUES	1015	1.793,40	DODF 218, 11/11/11
8	CNE	7	2617447	00428318738	PAULO ANTONIO DAVID FRANCO	1015	3.747,73	DODF 218, 11/11/11
9	CNE	7	2612976	71175245100	RAFAELA FERRO MOREIRA	1015	3.747,73	DODF 121, 22/6/12
10	DFG	12	2614014	01004983107	TIAGO MENDES MUNIZ	1015	1.793,40	DODF 218, 11/11/11
11	DFA	8	2647206	00597907170	UANA MELO RIBEIRO	1015	1.022,41	DODF 177, 26/08/13
12	DFG	12	2638959	71681370182	VINICIUS COSTA RIBEIRO PEREIRA	1015	1.793,40	DODF 142, 19/7/12 e 211, 9/10/13
13	DFG	14	2614529	07782752647	FLAVIA RODRIGUES FERREIRA	1017	587,54	DODF 218, 11/11/11
14	DFA	12	800597	38652005168	FRANCISCO JOSE FEJO PAIVA	1014	1.793,40	DODF 218, 11/11/11
15	CNE	7	2613336	27619087168	GUILHERME JOSE DE CARVALHO	1014	3.747,73	DODF 121, 2/06/12
16	DFG	6	2647176	00878491198	HELIO APARECIDO DE ARAUJO	1015	1.793,40	DODF 37, 20/2/13
17	CNE	2	2614561	61910341134	JOSE SANDRO DE ALMEIDA	1015	9.606,23	DODF 218, 11/11/11
18	CNE	2	2620383	22046003187	JUCIARA ELISE PELLER	1014	9.606,23	DODF 218, 11/11/11
19	CNE	2	2612992	64551288187	RODRIGO DE ASSIS REPUBLICANO SILVA	1014	9.606,23	DODF 218, 11/11/11
20	DFA	12	2627752	37341332115	TERESA CRISTINA SILVA ALVES	1015	1.793,40	DODF 218, 11/11/11

29. No que se refere às rubricas constantes do Quadro V, constatamos a regularidade dos respectivos pagamentos.

Quadro V – Rubricas: Gratificação Natalina, Auxílio-alimentação e GHPP

Rubrica	Descrição	Pagamento beneficiários	Valor pago fev
1520	Gratificação Natalina	3	20.453,50
1593	Gratificação Natalina - cedido	1	11.143,23
1582	GHPP	7	3.278,40
1926	Auxílio-alimentação	56	20.888,00

30. Em relação à Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas-GHPP de que trata o art. 22 da Lei 5.190/2013³ (Quadro VI, a seguir), foram checados todos os documentos constantes dos autos que deram suporte ao deferimento da vantagem, sendo constatada a regularidade das concessões.

³ **Art. 22.** Fica criada a Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP concedida aos integrantes da carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal, quando portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, expedido por instituição educacional reconhecida pelo órgão próprio do sistema de ensino, graduação, especialização com carga horária mínima de trezentos e sessenta horas, mestrado e doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação, calculada sobre o vencimento básico correspondente ao padrão em que o servidor esteja posicionado.



Quadro VI – GHPP – rubrica 1582

Nº	CPF	Matrícula	Nome	Valor	Mês refer.	Ano refer.	Situação
1	352084221-15	00943614	EVA MARLI SOARES	318,40	2	2014	ok
2	386520051-68	00800597	FRANCISCO JOSE FEIJO PAIVA	564,60	2	2014	ok
3	333932811-00	00943800	JOSE CARLOS LOPES DE OLIVEIRA	597,00	2	2014	ok
4	444111381-15	00943630	MARIA MARTA RIBEIRO	318,40	2	2014	ok
5	316319241-68	00800600	MAURICIO ALFREDO TEIXEIRA	564,60	2	2014	ok
6	239755981-15	00943460	MIRIAM DAS CRACAS DE MELO DAMASCENO	318,40	2	2014	ok
7	399283491-34	00943533	NUBIA FEITOSA BRAGA LOURENCO	597,00	2	2014	ok

31. Quanto ao auxílio-alimentação, foi verificada, ainda, a ocorrência de possível pagamento em duplicidade para os servidores cedidos de outros órgãos e que exercem cargos em comissão/de natureza especial na FJZB. Após a verificação, constatamos que tais servidores auferem o auxílio-alimentação somente na origem, conforme se demonstra:

Quadro VII: servidores cedidos (verificação do Auxílio-alimentação rubrica 1926)

Servidor	Cargo	Matr FJZB	Órgão de cessão	Matr órgão de cessão	Órgão Pagador
ALBERTO GOMES DE BRITO	CNE07	2647508	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	3924815	SEMARH
ANA MARIA DE CARVALHO LEITE	CNE07	2619865	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	39016-X	SEMARH
ANA MARLINDA SOARES	DFA08	2640473	SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1009672	SEADR
CAIO RAMOS PEIXOTO	CNE03	2611309	SECRETARIA DE SAÚDE	1401257x	SES
CAROLINA ESTEVES DA CUNHA LOBO	CNE07	2612011	DFTRANS	1720627	DFTRANS
EDUARDO CÉSAR CUNHA	DFG12	2641682	SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1004751	SEADR
EDUARDO RODRIGUES DE ARAÚJO	DFG14	2642697	SECRETARIA DE TURISMO	1372947	SETUR
ELIANA MATOSINHO SOARES GOMES	CNE07	2641887	SECRETARIA DE FAZENDA	309133	SEFAZ
JOSE BELARMINO DA G. FILHO	CNE01	2104229	SECRETARIA DE SAÚDE	14012626	SES
JUCIARA ELISE PELLER	CNE02	2620383	INST. BR. MEIO AMB. REC. NAT. RENOVAVEIS	681008	IBAMA
JULIETE PIAS DE OLIVEIRA	CNE07	2611341	SECRETARIA DE SAÚDE	14009242	SES
MARCELLE DE CASTRO CAVALHEIRO	DFG12	2644592	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2033704	SES
MARCO ANTONIO DE CASTRO	CNE02	2613301	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	250163	SES
RODRIGO DE ASSIS REPUBLICANO SILVA	CNE02	2612992	SECRETARIA DE SAÚDE	14012553	SES

32. Passando a outras parcelas, em pesquisa realizada no SIGRHWEB, após a devida apuração, alcançou-se o número de sete (7) servidores da FJZB contemplados com o abono de permanência (rubrica 1511, Quadro VIII) e doze (12) servidores com percepção de valores decorrentes da conversão em pecúnia de períodos (ou partes) de licença-prêmio (rubrica 2034, Quadro X). Concomitantemente foram identificados quatro (4) servidores que auferiram as duas vantagens, a saber: **Antônio de Jesus Braga**, matrícula nº 0092672-8, **José Aldebaran Costa Ribeiro**, matrícula nº 0093127-6, **Germana Maria C. Lemos Reis**, matrícula nº 0093090-3 e **Walter Pereira Lima**, matrícula nº 0090823-1.

33. A verificação dos dados foi feita no SIGRH e em cada processo de forma individualizada.



34. Consta que foram autuados processos específicos para cada concessão e para cada servidor, sendo adotados procedimentos adequados tanto na conversão de licença-prêmio, como na concessão de abono de permanência.

35. Relativamente ao Abono de Permanência (rubrica 1511), foram examinados os processos dos servidores indicados a seguir:

Quadro VIII: Abono de permanência (pagamentos entre 2009 e 2013) rub. 1511

Nome servidor	CPF	Matrícula	Ano	Versão	Nº parcelas	Total recebido/ ano
ANTONIO DE JESUS BRAGA	14996189134	00926728	2010	1	9	4.943,81
			2011	1	12	8.046,15
			2012	1	12	8.375,58
			2013	1	10	7.225,02
	Subtotal				43	28.590,56
GERMANA MARIA C LEMOS REIS	22137866153	00930903	2010	1	2	4.824,40
			2011	1	5	12.240,31
Subtotal				7	17.064,71	
JOSE ALDEBARAN COSTA RIBEIRO	09684522134	00931276	2010	1	7	4.750,23
			2011	1	12	9.119,53
			2012	1	8	6.424,90
	Subtotal				27	20.294,66
JOSE SILVIO MOREIRA DA SILVA	14353350153	00929573	2011	1	9	5.513,32
			2012	1	12	7.472,51
			2013	1	12	7.929,90
	Subtotal				33	20.915,73
MILTON RODRIGUES DA SILVA	18273432149	00930431	2011	1	4	5.069,30
			2012	1	12	12.198,24
Subtotal				16	17.267,54	
RAIMUNDO BARBOSA RIBEIRO	18232124172	00929638	2011	1	4	2.479,67
			2012	1	12	7.472,51
			2013	1	12	7.929,90
	Subtotal				28	17.882,08
WALTER PEREIRA LIMA	03388948100	00908231	2009	1	12	6.114,00
			2010	1	12	6.907,32
			2011	1	12	8.105,43
			2012	1	12	8.459,28
			2013	1	8	5.667,68
	Subtotal				56	35.253,71
Total Geral					210	157.268,99

36. Neste tema, foram observadas, no exame dos processos, as impropriedades listadas no quadro abaixo:

Quadro IX - impropriedades relativas à percepção do Abono de Permanência

Matrícula	Servidor	Impropriedade
93127-6	JOSE ALDEBARAN COSTA RIBEIRO	incluir Demonstrativo de Tempo Insalubre
92957-1	JOSE SILVIO MOREIRA DA SILVA	incluir Demonstrativo de Tempo Insalubre e mapa de licença prêmio usufruída e não usufruída
93043-1	MILTON RODRIGUES DA SILVA	incluir Demonstrativo de Tempo Insalubre e mapa de licença prêmio usufruída e não usufruída
92963-8	RAIMUNDO BARBOSA RIBEIRO	incluir Demonstrativo de Tempo Insalubre e mapa de licença prêmio usufruída e não usufruída



37. Tanto o Demonstrativo de averbação de tempo insalubre quanto o Mapa Demonstrativo de Licença-prêmio (usufruída e não usufruída) são documentos essenciais no processo de concessão do abono de permanência, pois se tais períodos constam no Demonstrativo de Tempo de Contribuição (DTC), deve constar dos autos a documentação própria da contagem destes períodos para os fins de direito. A título de exemplo, anexamos aos autos as principais peças de três casos analisados (fls. 84/95 e 101/109).

38. Quanto à conversão de LPA em pecúnia (rubrica 2034), foram analisados os lançamentos referentes aos servidores indicados no quadro a seguir:

Quadro X - conversão em pecúnia de licença-prêmio – rubrica 2034

nº	Matrícula	CPF	NOME	mat. instituidor	VALOR	mês de pagamento	ano de pagamento
1	00920576	12050008104	ANTONIO DAVID SOARES	00000000	8.823,09	12	2010
2	00920576	12050008104	ANTONIO DAVID SOARES	00000000	8.764,79	12	2009
3	00926728	14996189134	ANTONIO DE JESUS BRAGA	00000000	44.214,60	11	2013
4	0093447X	13052543172	ANTONIO ISAIAS DE LUCENA		26.311,50	12	2010
5	00920584	12050016115	GERALDO DAVIDE SOARES		8.823,09	12	2010
6	00920584	12050016115	GERALDO DAVIDE SOARES		8.764,79	12	2009
7	00930903	22137866153	GERMANA MARIA C LEMOS REIS	00000000	306.270,25	7	2011
8	00931276	09684522134	JOSE ALDEBARAN COSTA RIBEIRO	00000000	65.925,90	9	2012
9	00930350	17123364600	JOSE NUNES SOARES		21.030,00	8	2010
10	16551001	51597063134	MARLENE FLORENTINO SA TAVARES	00929395	71.438,16	11	2012
11	00924717	14353865153	MIGUEL BATISTA DE LIMA	00000000	26.057,82	6	2011
12	00908231	03388948100	WALTER PEREIRA LIMA		69.045,84	10	2013

39. No geral, constatou-se a regularidade dos pagamentos e dos procedimentos de conversão em pecúnia de LPA aos servidores listados no Quadro X, exceto em relação aos seguintes:

a) **José Nunes Soares**, matrícula nº 93035-0: o pagamento de R\$ 21.030,00 não corresponde ao valor real, tendo em conta que para efeito de cálculo deve-se considerar a última remuneração do servidor (06/2010), excluídas as parcelas dedutíveis. Em junho/2010, o servidor auferiu R\$ 5.227,68. Deduzindo-se o Adicional de Insalubridade (211,07) e o Auxílio-Alimentação (198,00), o valor a ser considerado para efeito de cálculo seria de R\$ 4.818,61 e o valor a pagar de R\$ 19.274,44 (4.818,61 x 4), o que diverge do valor pago de (R\$ 21.030,00), resultando em diferença a maior de 1.755,56 (fls. 96/100);

b) **Germana Maria Cavalcante Lemos**, matrícula nº 93090-3: de acordo com o mapa de fl. 103, o saldo de LPA da servidora era de 540 dias, sendo que deste *quantum* foram usufruídos 150 dias, remanescendo um saldo de 390 dias. Consta às fls. 104/105 o



pagamento de R\$ 306.270,25⁴, referente à conversão de 13 meses (390 dias) em pecúnia. O DTC de fl. 107 demonstra que a servidora utilizou 180 dias de LPA para completar o tempo necessário para suprir os requisitos para aposentadoria e fazer jus ao abono de permanência, vantagem concedida a contar de 04/11/2010 (fl.108). Tal período teria sido utilizado em duplicidade para fins tanto de abono de permanência quanto para a conversão de LPA em pecúnia. Todavia, efetuando-se os cálculos no aplicativo CGU-Simulador (www.cgu.gov.br), chegou-se à conclusão que foram utilizados apenas 90 dias, para que a servidora alcançasse, em 04/11/2010, o tempo necessário para o abono de permanência (fl. 106). No mesmo diapasão, simulando o tempo sem a inclusão de LPA, conclui-se que a servidora completaria todos os requisitos de tempo e idade necessários para a aposentadoria integral, fundada no art. 3º da EC 47/2005, em 01/11/2010 (fl. 109). Como o abono foi concedido em 04/11/2010, observa-se que o tempo de LPA foi equivocadamente incluso no DTC de fl. 107, sendo desnecessário para o deferimento do abono de permanência. Contudo, verifica-se que o saldo de LPA (360 dias computados em dobro) foi computado para fins de ATS, majorando esta vantagem de 31% para 32%, o que deverá ser corrigido também no SIGRH.

Quadro XI – Teto constitucional

Matrícula	Nome	Valor	Redutor de teto	Rubrica redutor	Teto a partir de 01/01/14
930903	GERMANA MARIA C LEMOS REIS	28.939,05	2.349,37	4448	26.962,68
14012626	JOSE BELARMINO DA G FILHO	29.378,35	2.415,67	4445	26.962,68

40. Foram encontrados dois casos de servidores que recebem acima do teto remuneratório (fl.114), como demonstrado no Quadro XI. Analisando os pagamentos (fls.78/80) verificamos que vem sendo aplicado o abate-teto (redutor), estando os pagamentos regulares.

⁴ O valor do teto aplicado aos servidores do GDF, à época do pagamento, era de R\$ 24.117,62 (Instrução Normativa 01/SEAP, DODF de 31/10/2011, p. 21).



Quadro XII: PCAUपोर्ट: rubrica 1611.

Nº	Situação	Matrícula	CPF	Nome	Valor
1	ativo	929573	14353350153	JOSE SILVIO MOREIRA DA SILVA	1.261,80
2	ativo	929638	18232124172	RAIMUNDO BARBOSA RIBEIRO	1.261,80
3	ativo	930431	18273432149	MILTON RODRIGUES DA SILVA	2.005,00
4	ativo	929640	22596372134	JOSE GERALDO DE SOUSA	1.248,17
5	ativo	932027	22596437104	HELENO DE SOUZA	1.248,17
6	ativo	933562	24385760144	AFONSO ALVES DE QUEIROZ	1.248,17
7	ativo	933635	24460508168	LUIZ INACIO ROSA RIBEIRO	1.248,17
8	ativo	935891	29670578191	ANTONIO PAULO SOARES	1.234,52
9	ativo	936693	31361900172	EDMILSON ROSA GABRIEL	1.234,52
10	ativo	938238	32847653104	FRANCISCO FERREIRA DE ASSIS	1.227,71
11	ativo	943460	23975598115	MIRIAM DAS CRACAS DE MELO DAMASCENO	1.179,97
12	ativo	943533	39928349134	NUBIA FEITOSA BRAGA LOURENCO	1.179,97
13	ativo	943614	35208422115	EVA MARLI SOARES	1.179,97
14	ativo	943630	44411138115	MARIA MARTA RIBEIRO	1.179,97
15	ativo	94369X	46267670104	JOSE HILTON DA SILVA	1.179,97
16	ativo	943711	22145575120	EDOM BATISTA DE SOUZA	1.179,97
17	ativo	943754	45496439191	EDILSON ALVES DE SOUSA	1.179,97
18	ativo	943770	56358679104	EROTIDES SEBASTIANA LEMES MARRA	1.179,97
19	ativo	943797	22365630197	VERA LUCIA HERMOGENES	1.179,97
20	ativo	943800	33393281100	JOSE CARLOS LOPES DE OLIVEIRA	1.179,97
21	inativo	932302	24470759104	JOSE ADONIAS DE OLIVEIRA	1.227,71
22	inativo	16614666	14996189134	ANTONIO DE JESUS BRAGA	1.275,45
23	pensionista	16628314	41626540187	MARIA DAS GRACAS ALVES PEREIRA DINIZ	1.241,34

41. O artigo 27, § 2º, da Lei 5.190/2013, criou a vantagem denominada Parcela Complementar PCAUपोर्ट, resultante de eventuais diferenças remuneratórias apuradas com a aplicação do posicionamento dos servidores (outrora enquadrados na tabela de vencimento básico estabelecida pela Lei nº 4.278/2008), na tabela de vencimento básico do cargo de Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, na mesma classe e padrão anteriores.

42. Neste caso, apurou-se que a vantagem está sendo paga a 20 servidores ativos, 2 inativos e uma pensionista. Apurou-se, ainda, se a parcela PCAUपोर्ट estaria compondo a parcela única da pensão em favor de Heruina Leal de Siqueira, matrícula nº 1709712, instituída por José Olímpio de Siqueira. Todavia, como a concessão se deu em 20.08.2008 e sem paridade, verificou-se que não houve revisão para inclusão da parcela e os estípidios atuais estão corretos (fls.81/82).

43. Referida parcela (PCAUपोर्ट) é devida exclusivamente aos antigos ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração Pública, especialidade Agente de Portaria, enquadrados anteriormente pelo art. 1º, inciso I – carreira Administração Pública, e Anexo I, da Lei nº 4.278/2008, ex vi do art. 27 da Lei 5.190/13. É que ao serem posicionados na tabela de vencimento básico do cargo de Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, verificou-se uma diferença salarial a menor, que passou a ser paga como vantagem pecuniária compensatória de irredutibilidade de remuneração.



44. A título de exemplo, demonstra-se a seguir como é calculada a vantagem:

Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental AG-S3	Cálculo
Remuneração de 08/2013 (tabela Téc. Auport)	5.628,08
Remuneração 08/2013 (tabela Técnico S3)	4.450,57
Diferença	1.177,51
PCAUPORT (1,06 x 1.177,51)	1.248,16

45. Foram efetuados os cálculos das parcelas pagas de todos os beneficiários, sendo considerados regulares. Inobstante estarem corretos os cálculos da vantagem paga aos servidores e pensionistas constantes do Quadro XII, conforme consta do SIGRH (PAGMAN45), o enquadramento dos beneficiários na tabela do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 4278/2008 (Carreira Administração Pública – Anexo I) se deu a partir de 1º de agosto de 2010, conforme se pode observar, a título de exemplo, das fichas financeiras de fls.110/112. Entretanto, por exigência desse mesmo dispositivo legal, o servidor somente faria jus a tal enquadramento se fosse ocupante do cargo de Auxiliar de Administração Pública, com especialidade de Agente de Portaria-AUपोर्ट.

46. A regularidade desse enquadramento pretérito (Lei nº 4278/2008) não pode ser comprovada no curso da auditoria, por ausência de registros cadastrais próprios. Mesmo no SIGRH não foram lançadas informações que demonstrassem o histórico funcional desses servidores (CADHIS31).

47. Assim, foi emitida a NA nº 02/2014 (fl.18/19), solicitando esclarecimentos e justificativas quanto ao enquadramento e pagamento da vantagem aos referidos servidores.

48. Em resposta, a jurisdicionada informou que, após pesquisa à legislação que rege os servidores do GDF, observou que houve perda salarial para os ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração Pública, quando da implantação da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (Lei nº 5.190/13), o que foi comunicado à SUGEP/SEAP e, após alguns dias, a Coordenação da Folha de Pagamento da SEAP implantou a PCAUPORT.

49. Por último, informou que está tomando as providências necessárias junto à SEAP visando dirimir as dúvidas suscitadas (fl. 113).

50. Em pesquisa no SIGRWEB, foram encontrados 1.527 servidores e pensionistas do GDF percebendo a referida vantagem (incluídos os servidores da FJZB) o que dá um montante de R\$ 1.385.974,67, pago mensalmente.



51. Apesar das justificativas do gestor, o que está sendo questionado não é o motivo da implantação da PCAUPOINT (reduzibilidade salarial) – isto a Lei nº 5.190/13 já previa (art. 27, § 2º) –, e sim se os servidores do órgão (Quadro XII) atendiam ao requisito para serem enquadrados no art. 1º, inc. I – carreira Administração Pública, e Anexo I da Lei nº 4.278/2008, a contar de 01/08/2010, ou seja, se tinham especialidade de Agente de Portaria, o que não foi esclarecido pela jurisdicionada.

52. Como a auditoria se reporta apenas aos servidores da Fundação Jardim Zoológico, a equipe de auditoria não examinou os demais casos de pagamentos da parcela PCAUPOINT a outros servidores do GDF, o que demandaria um trabalho complexo de análise, vez que teríamos que averiguar caso a caso o direito de cada servidor. Tal matéria, no entanto, poderá ser objeto de futuros trabalhos de fiscalização, a depender do teor dos esclarecimentos que vierem a ser prestados pela jurisdicionada.

2.3.2 Causas e efeitos

53. As irregularidades detectadas decorrem de falhas de controle, que devem ensejar atenção e medidas corretivas por parte do gestor público responsável. No entanto, a pequena incidência das impropriedades afigura-se incapaz de impor máculas à gestão de pessoal em sua totalidade.

2.3.3 Proposições

54. Sugere-se ao e. Plenário ter por parcialmente regular os pagamentos **de vencimentos, benefícios e demais parcelas pecuniárias** analisadas, bem como:

- I. determinar à Fundação Jardim Zoológico de Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às situações a seguir descritas, enviando ao Tribunal a documentação pertinente para posterior verificação das medidas adotadas:
 - A. anexar aos processos de abono de permanência dos servidores referidos no **Quadro IX** a documentação relativa à contagem de tempo insalubre e mapa demonstrativo de licença-prêmio usufruída e não usufruída, conforme o caso, estendendo tal providência para a instrução dos demais processos de mesma natureza;



B. refazer o cálculo da conversão em pecúnia em favor de **José Nunes Soares**, matrícula nº 93035-0, cujo pagamento de R\$ 21.030,00 não corresponde ao valor real, tendo em conta que deveria considerar a última remuneração do servidor na atividade (06/2010), excluídas as parcelas dedutíveis. Em junho/2010, o servidor auferiu R\$ 5.227,68. Deduzindo-se o Adicional de Insalubridade (211,07) e o Auxílio-Alimentação (198,00), o valor a ser considerado para efeito de cálculo seria de R\$ 4.818,61 e o valor a pagar de R\$ 19.274,44 (4.818,61 x 4), o que diverge do valor pago (R\$ 21.030,00), resultando em diferença a maior de 1.755,56;

C. excluir do Demonstrativo de Tempo de Contribuição da servidora **Germana Maria Cavalcante Lemos**, matrícula nº 93090-3, o tempo de LPA computado para adicional, alterando o ATS de 32% para 31%, procedendo à sua correção também no SIGRH;

D. justificar o pagamento da Parcela Complementar – PCAUPORT aos servidores listados no **Quadro XII**, considerando que tal vantagem é devida exclusivamente aos antigos ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração Pública, na especialidade de Agente de Portaria, enquadrados na tabela criada pelo art. 1º, inc. I – carreira Administração Pública, e Anexo I da Lei nº 4.278/2008, com vigência em 23.12.2008 (embora, conforme consta no SIGRH – PAGMAN45, o enquadramento dos referidos servidores deu-se a partir de 1º de agosto de 2010, sem justificativa quanto à especialidade exercida); caso não se justifique o direito à parcela PCAUPORT, proceder à exclusão do pagamento da mesma dos contracheques dos beneficiários, observados o contraditório e a ampla defesa.

3. CONCLUSÃO

55. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, a equipe concluiu, ressalvadas as pequenas impropriedades levantadas, pela regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007, pela regularidade do cumprimento das decisões desta Corte bem como pela regularidade parcial dos pagamentos de vencimentos, benefícios e demais parcelas pecuniárias analisadas, bem como pela apuração dos valores porventura recebidos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, por servidores ativos, inativos e pensionistas, em decorrência da presente fiscalização, observados o contraditório e a ampla defesa, dispensando a repetição do indébito no caso em que se justificar o erro de interpretação de norma, em conformidade com o disposto no art. 120 da LC nº 840/2011 e das orientações emanadas da Decisão nº 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.



4. PROPOSIÇÕES

56. Pelo exposto, sugere-se:

- I. tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 3/114;
- II. considerar cumpridas as Decisões TCDF constantes do Quadro I (fl.124), bem como as decisões de nº 3021/2012, 1130/2011, 2179/2012 e 7050/1998 (Quadro II – fl.126);
- III. considerar regulares, ressalvadas as situações indicadas no item IV, a seguir:
 - a) os pagamentos de vencimentos, benefícios e demais parcelas pecuniárias analisadas;
 - b) os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro II;
- IV. determinar à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades a seguir descritas, enviando ao Tribunal a documentação pertinente para posterior verificação das medidas adotadas:
 - a) no caso do servidor **José Nunes Soares**, matrícula nº 93035-0 (Processo nº 21.145/2010), elaborar novo DTC, em substituição ao constante dos autos de aposentadoria (Proc. GDF nº 196.000.279/2010), para excluir da contagem para ATS o tempo de licença-prêmio computado em dobro e o tempo de insalubridade, tornando sem efeito o documento substituído;
 - b) justificar ou corrigir, observados o contraditório e a ampla defesa, o valor do estipêndio atual (parcela única) da pensão civil em favor de **Ambrosina Figueiredo Tavares**, matrícula nº 80504-1 (Processo nº 25.777/2007 e GDF nº 196.000.095/2006), instituída por Manoel Caetano Tavares (matr. 92990-5), haja vista que, compulsando os autos de aposentadoria (nº 3067/2004 e GDF nº 030.003.270/2000), verificou-se que o ex-servidor se aposentou com proventos proporcionais (não havendo posterior revisão de proventos) e o título de pensão foi corretamente calculado (a contar da data do óbito: 15/01/2006), tendo por base o último vencimento pago ao ex-servidor em janeiro de 2006, qual seja, 22/35 avos de R\$ 367,64 (R\$ 231,08); todavia, no SIGRH (CADPVT09) o vencimento que serve de base para o cálculo da parcela única inicial é de 22/35 avos de R\$ 431,80 (R\$ 271,42), vigente a contar de 01/03/2006, conforme Anexo VIII da Lei 3.824/2006, o que gerou divergência no cálculo dos estipêndios atuais. Cabe ressaltar que a pensão foi concedida com base no art. 40,



§§ 7º, inciso I, e 8º, da CF/88, c/c os arts. 2º, inciso I, e 15 da Lei nº 10.887/2004, portanto, sem paridade salarial;

- c) justificar ou corrigir o percentual do ATS de 35%, em favor de **Manoel da Conceição Ferreira do Prado** (Processo nº 37.303/2008), matrícula nº 92480-6, vez que no demonstrativo de tempo de contribuição (DTC), bem como no abono provisório dos autos de aposentadoria (GDF nº 196.000.428/2008), o adicional está calculado em 32%, constando, ainda, que o servidor averbou 437 dias, computados somente para aposentadoria, observando o contraditório e a ampla defesa;
- d) anexar aos processos de abono de permanência dos servidores referidos no **Quadro IX** a documentação relativa à contagem de tempo insalubre e mapa demonstrativo de licença-prêmio usufruída e não usufruída, conforme o caso, estendendo tal providência para a instrução dos demais processos de mesma natureza;
- e) refazer o cálculo da conversão em pecúnia em favor de **José Nunes Soares**, matrícula nº 93035-0, cujo pagamento de R\$ 21.030,00 não corresponde ao valor real, tendo em conta que deveria considerar a última remuneração do servidor na atividade (06/2010), excluídas as parcelas dedutíveis. Em junho/2010, o servidor auferiu R\$ 5.227,68. Deduzindo-se o Adicional de Insalubridade (211,07) e o Auxílio-Alimentação (198,00), o valor a ser considerado para efeito de cálculo seria de R\$ 4.818,61 e o valor a pagar de R\$ 19.274,44 (4.818,61 x 4), o que diverge do valor pago (R\$ 21.030,00), resultando em diferença a maior de 1.755,56;
- f) excluir do Demonstrativo de Tempo de Contribuição da servidora **Germana Maria Cavalcante Lemos**, matrícula nº 93090-3, o tempo de LPA computado para adicional, alterando o ATS de 32% para 31%, procedendo à sua correção também no SIGRH;
- g) justificar o pagamento da Parcela Complementar – PCAUPOINT aos servidores listados no **Quadro XII**, considerando que tal vantagem é devida exclusivamente aos antigos ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração Pública, na especialidade de Agente de Portaria, enquadrados na tabela criada pelo art. 1º, inc. I – carreira Administração Pública, e Anexo I da Lei nº 4.278/2008, com vigência em 23.12.2008 (embora, conforme consta no SIGRH – PAGMAN45, o enquadramento dos referidos servidores se deu a partir de 1º de agosto de 2010, sem justificativa quanto à especialidade exercida); caso não se justifique o direito à parcela PCAUPOINT, proceder à exclusão do pagamento da mesma dos contracheques dos beneficiários, observados o contraditório e a ampla defesa;



- h) apurar os valores porventura recebidos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, por servidores ativos, inativos e pensionistas, em decorrência da presente fiscalização, observados o contraditório e a ampla defesa, dispensando a repetição do indébito no caso em que se justificar o erro de interpretação de norma, em conformidade com o disposto no art. 120 da LC nº 840/2011 e das orientações emanadas da Decisão nº 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF;
- V. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Fundação Jardim Zoológico de Brasília para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2014.

Guimarães Teles da Silva
Auditor de Controle Externo
Matricula nº 372-7

Eduardo Frederico de Castro Borges
Auditor de Controle Externo
Matrícula n.º 1328-5